

A conservação do património arqueológico em Portugal

Conferência de abertura

Adília Alarcão *

Embora com atrasos muito significativos, em relação aos mais avançados, a conservação do património arqueológico apresenta em Portugal um percurso correspondente ao dos outros países europeus.

De modo muito genérico, pode dizer-se que essa evolução passa por uma longa etapa inicial, marcada por acções isoladas e empíricas; por uma segunda fase, a partir da década de 60, em que é crescente a preocupação de preservar os achados na multiplicidade dos seus significados, recorrendo a técnicos especializados, em diálogo com o arqueólogo; finalmente, dos anos 80 aos dias de hoje, por uma progressiva e alargada consciencialização de que conservar não é uma tarefa para depois, para responder a programas museológicos ou necessidade de publicação que, tradicionalmente, surgiram muitos anos após a escavação.

Em traços larguíssimos mas magistrais, J. M. Cronyn (1992, p. 8) caracterizou este percurso da conservação do património arqueológico como a passagem de um simples ofício artesanal a parte integrante da própria arqueologia.

Recuando aos alvares da arqueologia portuguesa, verifica-se que a atitude comum a todos os arqueólogos foi a de retirar os achados, considerados importantes, do seu lugar de origem para sítio resguardado. Exemplo disso, ainda nos finais do séc. XIX, é a deslocação de mosaicos de Conimbriga pelo Instituto de Coimbra, e de vários pontos do Algarve por Estácio da Veiga para o interior de edifícios, ou seja, com intenção museológica. Meritória, porquanto permitiu legar à posteridade muitos documentos importantes, esta prática é, hoje, evitada quanto possível por duas razões: por um lado, retira o pavimento (mesmo quando reduzido ao estado de simples fragmento) do seu contexto arquitectónico (ou meramente arqueológico); por outro lado, precipita uma situação de empobrecimento documental do mosaico, pois a manipulação a que é sujeito, ainda que tecnicamente correcta, vai modificar-lhe o suporte e transformá-lo num bem móvel.

Esculturas de grande porte, elementos arquitectónicos, inscrições em pedra foram, na maior parte dos casos, durante largas décadas, transferidos para luga-

* Directora do Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra.

res defendidos contra roubo e vandalismo mas a céu descoberto onde a constante exposição provocou o seu lento decaimento devido à chuva, às diferenças térmicas, a algas e líquenes.

De entre os pequenos objectos, as cerâmicas mereceram sempre mais atenção pela facilidade de, em diferentes materiais, se reconstruírem as formas perdidas. A inadequação de alguns desses materiais e a falta de rigor metodológico comprometeram, muitas vezes e de modo irreversível, a futura recuperação das peças quanto à sua forma e aparência originais bem como, à informação de ordem tecnológica que nelas se continha.

Grande número de peças metálicas entraram em grave desequilíbrio com o meio ambiente e acabaram por sofrer danos graves. Contudo, a ausência de intervenção permitiu, por si só, terem chegado até hoje numerosos exemplares em condições de poderem ser cientificamente analisados e tratados, ao contrário do que sucedeu com as outras categorias de objectos mais mobilizadores das atenções de arqueólogos e de restauradores tradicionais.

Relativamente às estruturas arquitectónicas, assiste-se durante a primeira fase a uma oscilação de atitude entre o puro abandono e a reconstrução, numa prática marcada pelo empirismo e a improvisação, devendo todavia prestar-se homenagem a todos aqueles que nos legaram registos de grande qualidade quer ao nível da escrita quer ao nível do desenho e da fotografia, cumprindo antecipadamente o que viria a ser – a partir de meados do séc. XX – internacionalmente recomendado como uma das medidas fundamentais para a salvaguarda do património revelado por escavação.

Embora, nalguns aspectos, se afaste dos conceitos actualmente considerados imprescindíveis para que uma intervenção em ruína arqueológica seja julgada eticamente válida, o trabalho de restauro e museologia empreendido por Martins Sarmento impõe-se, a vários títulos, entre as experiências realizadas em Portugal.

Nos anos 40-50, por obra dos Monumentos Nacionais, a conservação do património monumental reflecte preocupações programáticas e a existência de meios financeiros e técnicos que vieram a contemplar significativamente a arqueologia, com manifesto destaque para as ruínas de Conimbriga. Nesse contexto, nasce o primeiro museu monográfico que J. M. Bairrão Oleiro – familiarizado com o que de melhor se fazia então, no domínio arqueológico, em Itália, França, Inglaterra e Espanha – se esforçou por dotar com recursos humanos e técnicos indispensáveis à correcta resolução dos problemas de conservação, restauro e museologia que ruínas e espólios igualmente apresentavam.

Apesar da impressionante modéstia das instalações e dos recursos que lhe foram afectos, com o museu de Conimbriga inaugura-se, em 1962, uma nova etapa da conservação do património arqueológico português cujas consequências não podiam então prever-se. Com efeito, expostos os objectos tratados e tornando-se conhecido que o seu tratamento fora executado no próprio museu, começaram a multiplicar-se os pedidos de recuperação de peças e de formação de técnicos. Essas acções conjugadas com o surgimento de uma forte sensibilidade para as questões patrimoniais, especialmente após o 25 de Abril, muito contribuíram para o desenvolvimento da salvaguarda dos bens arqueológicos e do apetrechamento dos museus para a conservação e o restauro das suas colecções.

1975, Ano Europeu do Património Arquitectónico, significa uma mudança fundamental nas atitudes acerca do tratamento do património construído em geral e, naturalmente, dessa atitude houve ecos em Portugal e reflexos sobre a arqueologia.

No início dos anos 80, a criação do Instituto Português do Património Cultural abre novas possibilidades para a investigação do património arqueológico bem como para a sua conservação e divulgação. Por intermédio dos seus departamentos e dos Serviços de Arqueologia, o Instituto leva a efeito um conjunto de operações arqueológicas e museológicas cujos diferentes contributos (muito especialmente o das acções suscitadas pelas escavações da Casa dos Bicos) teriam a maior importância para a formação de técnicos e a criação de novos laboratórios-oficinas.

De entre as experiências de maior significado, merecem realce o trabalho efectuado no Museu Nacional de Arqueologia e, sobretudo, aquele que de modo sistemático e cada vez mais estruturado se desenvolve a partir de então no Centro de Arqueologia de Almada. Mais tarde, o Museu D. Diogo de Sousa virá, no Norte do país, ocupar uma posição idêntica, quer pela qualidade quer pelo âmbito da sua acção.

O período abrangido pelos finais da década de setenta e os inícios da seguinte é um tempo particularmente propício ao trabalho de grupo – que V. Pulido Valente e Natália C. Guedes sabem aproveitar e encorajar – conduzindo a uma inusitada produção legislativa de grande e positivo alcance. Assim, é nesse contexto que se definem as carreiras profissionais da conservação e do restauro, mencionando-se pela primeira vez (D. L. 245/80) os bens arqueológicos como objecto de tratamento específico por profissionais especializados para o efeito, através de cursos de longa duração e com currículo disciplinar publicado no Diário oficial.

Em 1987, A. Ressano Lamas – ao defender a necessidade de formação universitária para os conservadores/restauradores – abre oficial e definitivamente o caminho para a abordagem científica da preservação da herança patrimonial. A formação então prevista para as diversas áreas específicas devia integrar o ensino politécnico e prever especialização ao nível de cursos de estudos superiores especializados.

Posterior evoluções operadas no âmbito dos conceitos em matéria de conservação e restauro e também no campo do ensino superior conduzem, em 1999, à extinção da jovem Escola Superior de Conservação e Restauro, oferecendo a Universidade Nova de Lisboa, em sua substituição, uma licenciatura na mesma área disciplinar. Indo ao encontro do que, neste mesmo ano, se define como aspiração internacionalmente reconhecida, a licenciatura deve garantir ao conservador/restaurador uma sólida formação de base quer nas ciências fundamentais quer na história da arte quer nas técnicas da construção e da produção da obra artística e dos artefactos. Só através dessa formação científica de base se pode garantir verdadeiro progresso (científico e técnico) para a conservação e o restauro do património, incluindo os novos e exigentes desafios colocados pela conservação preventiva.

Já não são apenas os bens arqueológicos (móveis e imóveis) em si mesmos que se impõe conhecer profundamente para que se saiba tratá-los e restaurá-los; os cuidados preventivos não se limitam apenas à relação temperatura/humidade, em ambiente interior, ou à protecção contra a acção directa dos agentes

naturais. A noção de microclima engloba a sala, a vitrina, a caixa, o envelope e os materiais de que são feitos e todos os que se utilizam nas operações de conservação curativa, de restauro, de desinfestação dos locais.

A conservação preventiva implica uma atitude social que exige constantes acções de sensibilização, de formação técnica e actualização de conhecimentos.

Essa dinâmica exige mais conservadores/restauradores, mais recursos financeiros e humanos, diversificados. Nesse sentido, parece de saudar o esforço desenvolvido pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, bem como pelas instituições que lhe sucederam, no sentido de formar quadros médios para a arqueologia, instruídos em matéria de conservação. Igualmente importante é o espaço que algumas universidades estão a conceder à conservação e à museologia no âmbito de licenciaturas e mestrados em história e arqueologia, pois é já inquestionável que a salvaguarda dos bens arqueológicos começa durante a preparação da própria escavação, e diz respeito a muitos intervenientes nas diferentes fases do processo arqueológico.

Bibliografia

- CRONYN, J. M. (1992) – *The elements of archaeological conservation*. Londres: Routledge.